

Extrato de contrato

Nº. 27/2013 / 2009

Partes: Prefeitura Municipal de Mandaguacu e PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS

Objeto: AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

R\$ 44.851,21 (quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos).

Dotação Orçamentária:

2.008.3390.39 - 1 - 65/2013 - MANUTENÇÃO DA DIRETORIA
ADMINISTRATIVA 2.012.3390.39 - 1 - 96/2013 - MANUTENÇÃO DO SETOR
DE FINANÇAS 2.002.3390.39 - 1 - 22/2013 - MANUTENÇÃO DO GABINETE
DO PREFEITO

Duração do Contrato: 23/03/2014

Data da Assinatura do Contrato: 20/03/2013

Foro: Mandaguacu

Mandaguacu, 20 de Março de 2013.



ISMAEL IBRAIM FOUANI

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 27/2013

Pelo presente, de um lado o MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o Nº. 76.285.329/0001-08, com sede na Rua Bernardino Bogo, 175, no município de Mandaguacu, Estado do Paraná, neste ato representado por seu prefeito municipal, Sr. **Ismael Ibraim Fouani**, brasileiro, casado, cirurgião dentista, portador do R.G. Nº. 3.363.546-0 (SSP/PR) e do CPF Nº. 152.464.678-48, residente e domiciliado na Rua Benicio Moreira Niza, 575, no município de Mandaguacu, Estado do Paraná, doravante denominado contratante, e, de outro, a empresa: PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ do MF sob o Nº. 61.198.164/0013-01, com sede na Avenida Rio Branco 1489, Campos Eliseos, CEP: 01205-905, na cidade de Sao Paulo SP, neste ato representada pelo Sr. Fabio Alex Colombo, brasileiro, casado, securitario, portador do RG 20.489.208-9, e do CPF 110.960.738-54, domiciliado na Rua Guaianases 1238, CEP 012404-001, no município de São Paulo, Estado do SP, doravante denominada contratada, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal Nº. 8.666/93, AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, pela Licitação modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, autuada sob o Nº. 10/2013, devidamente ratificada, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, conforme descrição no memorial descritivo anexo ao edital Parágrafo único. O fornecimento do objeto referido no caput será feito de forma fracionada, a critério exclusivo do contratante e de acordo com as suas solicitações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência até 20 de março de 2014, podendo ser prorrogado de acordo com a lei 8.666/93, e 10.520/02.

CLAÚSULA TERCEIRA- VALORES: Pelo objeto referido(a) no caput da cláusula primeira, o contratante pagará à contratada o valor de R\$44.851,21 (quarenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos).

CLÁUSULA QUARTA - DA VERIFICAÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO DO CONTRATO - Os veículos deverão estar com sua cobertura a partir do dia 20 (vinte) de março de 2013.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO: O pagamento do valor contratual previsto será feito pelo contratante até em 4 parcelas pagas mensalmente, de acordo com o seguro dos veículos.

§1º A despesa prevista com a contratação ora efetuada correrá com base em dotação específica no orçamento do município: 2.008.3390.39 - 1 - 65/2013 -

MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA 2.012.3390.39 - 1 - 96/2013

- MANUTENÇÃO DO SETOR DE FINANÇAS 2.002.3390.39 - 1 - 22/2013 -

MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

CLÁUSULA SEXTA – DOS REAJUSTES: Não haverá reajustes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES: Os preços permanecerão fixos e irrevogáveis.

§1º São obrigações da contratada:

I – Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 do CPC, no caso de, em qualquer hipótese, empregados seus intentarem ações trabalhistas em face do contratante;

II – Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os atos;

III – Responsabilizar-se por todos os seus encargos sociais e trabalhistas.

§2º Constitui-se em obrigação do contratante o pagamento estabelecido neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO: A fiscalização será exercida pelo contratante, através de seu setor(es) competente(s) –o(s) qual(is) poderá(ão), junto ao representante da contratada, solicitar a correção de eventuais falhas e/ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 48h (quarenta e oito horas), serão objeto de comunicação oficial à contratada, a qual submeter-se-á à aplicação das penalidades previstas neste contrato.

Parágrafo único. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste contrato serão registradas pelo contratante.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL: A rescisão contratual poderá ser:

I – determinada por ato unilateral e escrito do contratante, nos seguintes casos:

- a) não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;
- b) cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;
- c) subcontratação total do objeto deste contrato, associação da contratada com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação;
- d) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato;
- e) decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- f) dissolução da sociedade da contratada;
- g) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudiquem a execução do contrato;
- h) ocorrência do caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato;

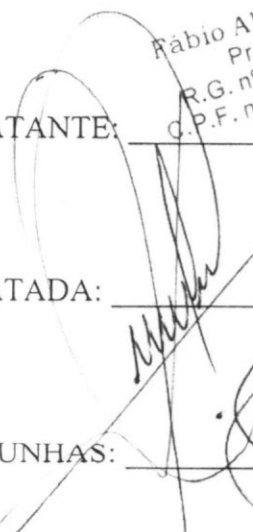
II – amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência do contratante.


CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES: A licitante convocada, dentro do prazo de validade da sua proposta, que se recusar injustificadamente a proceder à entrega, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar a entrega, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficando ainda sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizado, sem prejuízo das demais cominações legais. Fica facultado à Prefeitura Municipal de Mandaguacu, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações assumidas, tal como, o não cumprimento do prazo de entrega, aplicar a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto em atraso e de 10 % (dez por cento) pela inexecução parcial ou total do contrato.


CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO: Fica eleito o foro da comarca de Mandaguacu, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição, as condições estabelecidas na licitação sob a modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, autuadas sob o Nº 10/2013 e as normas contidas na Lei Nº. 8.666/93, a qual será aplicada aos casos omissos, condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Mandaguacu, 20/03/2013.

CONTRATANTE:  Fábio Alex Colombo
Procurador
R.G. nº 20.489.208-9
C.P.F. nº 110.960.738-54

CONTRATADA:  Angelo Augusto de Almeida
Procurador
R.G. nº 21.424.186-5
C.P.F. nº 108.762.208-55

TESTEMUNHAS: 

TESTEMUNHAS: 